



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social**

**Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos, formação e exercício profissional**

## **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

**ANA KARINE FERREIRA DA SILVA FECHINE<sup>1</sup>**

**MAYARA CELY PAULO DA SILVA MEDEIROS<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o Ensino Superior nas instituições federais brasileiras passou por mudanças significativas para democratizar o acesso e promover a inclusão social. Em 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa garantir a permanência de estudantes de baixa renda e a UFRN através do recurso do PNAES criou o Programa Bolsa Acessibilidade cujo objetivo consiste em assegurar a inclusão de estudantes com deficiência, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais que possam interferir na permanência e conclusão de curso desses estudantes.

**Palavras-chave:** Ensino Superior, Inclusão, Programa Nacional de Assistência Estudantil, Programa Bolsa Acessibilidade

### **ABSTRACT**

In the first two decades of the 21st century, Higher Education in Brazilian federal institutions underwent significant changes to democratize access and promote social inclusion. In 2010, the National Student Assistance Program (PNAES) was created to ensure the retention of low-income students. Through PNAES resources, UFRN established the Accessibility Scholarship Program, aimed at ensuring the inclusion of students with disabilities by eliminating physical, pedagogical, and attitudinal barriers that could interfere with their ability to stay in and complete their courses.

**Keywords:** Higher Education, Inclusion, National Student Assistance Program, Accessibility Scholarship Program

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI são marcadas por importantes mudanças relacionadas ao Ensino Superior nas instituições públicas federais, a partir dos questionamentos feitos pela sociedade sobre seu modelo elitista, implementou-se uma série de iniciativas com a finalidade de democratizar o acesso a estas instituições como ampliação das vagas, mudanças no sistema de ingressos nessas instituições e aporte financeiro para a manutenção de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica ingressantes nas universidades, entre outros.

Em 2010, através do Decreto 7.234 é criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES<sup>3</sup> o qual direciona uma série de ações a serem ofertadas pelas Universidades e Institutos Federais pensando na permanência exitosa de jovens oriundos das camadas de baixa renda da população, que tinha como objetivo promover a inclusão social através da educação com a redução das mais diversas desigualdades que poderiam impactar de maneira negativa no rendimento acadêmico desses estudantes.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. A assistência estudantil é composta por diversos eixos, em que seus desdobramentos serão variados a depender das demandas institucionais a exemplo: “I — moradia estudantil; II — alimentação; III — transporte; IV — assistência à saúde; V — inclusão digital; VI — cultura; VII — esporte; VIII — creche; e IX — apoio pedagógico.

Destacaremos a relação entre as condições de vulnerabilidade social e deficiência. No que tange à expressão da questão social e inexistência de ações afirmativas para estudantes com deficiência anteriores ao advento da política de inclusão na educação superior - o próprio movimento pela reestruturação e expansão das universidades públicas, ao abrir as portas da educação superior à estudantes em condição de vulnerabilidade, trouxe consigo pessoas com deficiência para esse nível de ensino.

---

<sup>3</sup> Em julho de 2024, a Lei do PNAES foi atualizada sofrendo algumas alterações, mas até o momento não foi regulamentada.

Diante disso, e também com a promulgação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), e a sua atualização através da Lei 13.409 que entra em vigor no ano de 2016, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passam a preencher cinquenta por cento (50%) das vagas com estudantes oriundos de escola pública e de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Com essa lei em vigência, houve um crescimento no número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Esse aumento aconteceu para a população PcD, mas, paralelo a isso, essa população, em sua maioria, também está em situação de vulnerabilidade social.

A respeito dessas demandas é originado no ambiente universitário o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), que propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às IFES. O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

Por barreiras atitudinais entende-se aquelas denominadas de preconceitos, expressos por meio de palavras e atos que presumem a pessoa com deficiência enquanto incapaz ou inferior devido às suas limitações físicas e/ou intelectuais. Em relação às barreiras pedagógicas situam-se aquelas que estão no processo de ensino-aprendizagem propriamente dito, ou seja, tudo aquilo se impõem entre a condição do discente e a apreensão do conteúdo que é transmitido na sala de aula. Já as barreiras comunicacionais colocam-se nas dificuldades enfrentadas principalmente por pessoas que precisam de adaptações na forma com que os conteúdos são transmitidos, necessitando, por exemplo, de intérpretes de LIBRAS, letras ampliadas; textos em braile; vídeos; etc. E por fim estão as barreiras de cunho arquitetônico, colocadas principalmente às pessoas com deficiência física no que se refere ao acesso aos ambientes, ao trânsito dentro destes e às sinalizações necessárias para a orientação espacial.

Os núcleos criados, melhoraram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

No campo da Educação foram promovidos debates, congressos e produções que colaboraram para a inserção das pessoas com deficiência nas Instituições responsáveis pela promoção da educação, o que permitiu a estas um posicionamento efetivo sobre suas próprias demandas. Dessa forma, estes indivíduos começaram a ter participação efetiva na elaboração das perspectivas que norteiam as políticas e projetos da educação inclusiva.

Então, a partir do PNAES as ações de assistência estudantil passam a ser orientadas por diretrizes nacionais e, com recursos financeiros assegurados anualmente pelo Ministério da Educação (MEC) e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior.

## **A SECRETARIA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFRN E A GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS**

Com advento da política de educação, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte criou, em 2010, a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – CAENE, sendo uma Instituição de natureza pública, que atua na área de Educação, particularmente no que diz respeito à orientação e acompanhamento de estudantes com deficiência e/ou outras Necessidades Educacionais Específicas – NEE – na UFRN. Assegurando a igualdade de condições e acessibilidade, tendo por objetivo contribuir para a consolidação de uma cultura inclusiva, buscando o protagonismo e autonomia da comunidade universitária no desenvolvimento de ações de acessibilidade.

Assim, sendo por meio da Portaria nº 203/10-R, de 15 de março de 2010, que a Educação Inclusiva na UFRN se concretiza por vias institucionais, que deve seu início não só às inquietações por parte de servidores docentes e técnicos da Universidade, em relação à viabilização do acesso e da permanência de estudantes que representavam demandas educacionais específicas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Contudo, a discussão sobre as pessoas com deficiência faz parte do âmbito acadêmico de forma antecedente à criação de políticas que hoje garantem seu acesso, sendo esse resultado de diversos debates entre a comunidade acadêmica, o que culminou na agitação do corpo docente e discente. Este movimento, que tem origem ainda no século passado, adentra os debates e ações da UFRN a partir dos anos 2000, atendendo as orientações do Ministério da Educação sobre tornar acessíveis as provas de vestibular para candidatos com deficiência e nos anos seguintes outras ações passam a incitar o debate sobre a pessoa com deficiência inserida no ambiente acadêmico.

Diante do seu contexto de criação, a CAENE paulatinamente foi crescendo e fundamentando-se, a ponto de tornar-se, nacionalmente referência ao se tratar das políticas assistenciais de inclusão, fomentadoras de projetos, que tem por objetivo a eliminação das barreiras arquitetônicas; atitudinais; pedagógicas e comunicacionais no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiências, prestando inclusive consultoria para outras instituições no tocante à implementação de setores no mesmo segmento.

Com o passar do tempo, essa Comissão foi crescendo e consolidando o trabalho na área de inclusão, e por isso, pensando em fortalecer seu trabalho, no ano de 2019, a CAENE passou a ter status de Secretaria e através da Resolução conjunta 002/2022 passou a se chamar Secretaria de Inclusão e Acessibilidade com o objetivo fortalecer a política de inclusão para pessoas com deficiência e/ou outras necessidades educacionais específicas na UFRN, assegurando a igualdade de condições e acessibilidade.

A SIA tem como missão Construir uma cultura inclusiva na UFRN e para isso busca o protagonismo e autonomia da comunidade universitária no desenvolvimento de ações de acessibilidade, com equidade e justiça social; Respeito e valorização da diversidade humana.

Por entender que a inclusão deve fazer parte de todos os setores da Universidade, foram instituídas as Comissões Permanentes de Inclusão e Acessibilidade (CPIA) cujo objetivo consiste em descentralizar as discussões e ações sobre inclusão nos diferentes centros acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas. Assim, cada centro constitui o seu grupo de trabalho e realiza um diagnóstico local com o objetivo de compreender a realidade local e intervir quando necessário.

## **PROGRAMA BOLSA ACESSIBILIDADE**

No ano de 2014 a Universidade Federal do Rio Grande do Norte regulamentou o Programa Bolsa Acessibilidade. Essa ação faz parte dos esforços da Universidade em implementar e oferecer à sociedade uma educação inclusiva e de qualidade, preocupando-se com a permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Os recursos são oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e coube à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFRN (PROAE), juntamente à equipe da SIA, estudar, criar e implementar estratégias de utilização desses recursos em prol da consolidação da política de inclusão da UFRN.

A Bolsa Acessibilidade configura-se como auxílio financeiro pago mensalmente aos estudantes com deficiência ou com transtorno do espectro autista e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando contribuir para acessibilidade, permanência e conclusão de curso em formação acadêmica. A execução da Bolsa Acessibilidade está diretamente ligada ao PNAES quando este programa traz em seus objetivos a democratização das condições de permanência dos jovens no ensino superior, assim como a minimização dos efeitos das desigualdades sociais que impactam no percurso acadêmico e da contribuição da educação para a promoção da inclusão social dos mais diferentes indivíduos. O mesmo programa também apresenta como um dos seus eixos de atuação o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação no ensino superior público federal.

Sabemos que as dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho.

Semestralmente é lançado edital do Bolsa Acessibilidade, para renovação dos bolsistas e para inserção de novos discentes. O recorte é feito para discentes que atendam aos critérios do edital, como por exemplo:

I - estar regularmente matriculado em curso de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), de graduação ou de pós-graduação;

- II - apresentar deficiência de natureza física, sensorial, intelectual ou ser pessoa com transtorno do espectro autista ou múltipla de acordo com as definições do Art. 5º do Decreto no 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
- III - estar sendo assistido pela SIA e inscrito no cadastro único, disponível no SIGAA, para concessão de bolsas e auxílios da assistência estudantil;
- IV - atender aos critérios de vulnerabilidade socioeconômica dispostos em resolução específica (RESOLUÇÃO N°004/2022-CONSEPE).]

O Programa Bolsa Acessibilidade é diretamente gerenciado pelo Serviço Social da SIA e consiste em fornecer um auxílio pecuniário ao estudante com deficiência e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no valor de setecentos reais (R\$ 700,00) com o intuito de facilitar a acessibilidade, a permanência e a conclusão do curso em formação acadêmica com qualidade. No decorrer do ano de 2023, tivemos 76 (setenta e seis) ofertas de bolsas, distribuídas entre estudantes dos diversos campi da UFRN. Deste número, 67 (sessenta e sete) bolsas foram de renovação e 09 (nove) para novas solicitações. Esse número de novos estudantes atendidos está aquém da necessidade atual, visto que cerca de 15 estudantes ficaram em fila de espera em 2023.1 e no semestre 2023.2 não foi lançado novo edital uma vez que não foi disponibilizado aumento de recurso para os pagamentos.

Dessa forma, os estudantes inseridos participam de ações mensais que são oferecidas pela SIA ou demais setores da UFRN, cujo objetivo consiste em promover discussões inerentes ao contexto social e educacional desses estudantes com vistas à socialização de informações e sua consequente emancipação/empoderamento, tendo em vista uma ampliação de olhares que considerem o assistente social um agregador ao papel educativo primordial à vida acadêmica desses estudantes.

Pensando nessa finalidade, foi pensado o projeto “Diálogos SIA: Refletindo a Inclusão” - onde é pensado uma temática no mês para a realização de um encontro virtual em formato de roda de conversa e os discentes beneficiários do Programa Bolsa Acessibilidade e também os que ainda não recebem a bolsa mas estão no perfil.

As temáticas abordadas estão abertas a sugestão do grupo e também são pensadas pela equipe, sempre primando pelo cotidiano vivenciado pelas pessoas com deficiência e sua correlação com este modelo de sociedade, com a trajetória acadêmica e preparação para o mercado de trabalho. Um momento que suscita a reflexão sobre as trajetórias acadêmicas, com

possibilidade e desafios enfrentados e de como isso pode ser ressignificado, a partir das socialização de experiências.

A exemplo dessas atividades, em agosto de 2023 teve como proposta a recepção aos alunos ingressantes. Foi encaminhado email convite aos calouros, a partir do levantamento de dados encaminhados pela PROGAD, assim como mobilização dos estudantes que já são beneficiários da Bolsa Acessibilidade e divulgação nas redes sociais da Secretaria. Foi solicitado também a divulgação nos grupos de mensagens das CPIAs e cada unidade.

A atividade foi mediada pelas assistentes sociais da SIA e, na ocasião, foi exposto como acontece o acompanhamento educacional da SIA, como solicitá-lo através do SIGAA e também foi tratado sobre o atendimento da Assistência Estudantil/PROAE com os auxílios, residência e restaurante universitários, adesão ao cadastro único, documentação e prazos dos editais.

O encontro seguinte teve como foco o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e abordamos a Luta Anticapacitista e a importância da centralidade do debate na Pessoa com Deficiência.

O evento aconteceu em 20 de setembro, via google meet e foi conduzido pela Fábila Halana, pessoa com deficiência, assistente social e mestra em serviço social. Em sua fala foi abordado o histórico da luta das pessoas com deficiência no Brasil, a importância do protagonismo das pessoas com deficiência a frente das pautas do movimento social. Sobre essa atividade, alguns discentes sugeriram a realização no turno da noite, assim, oportunizando a participação de estudantes matriculados no vespertino. A atividade foi mediada pelas assistentes sociais da SIA.

No encontro de outubro, a temática escolhida foram os espaços de coletivos e de representatividade existentes dentro da Universidade. A escolha deste tema se dá a partir do entendimento da importância do fortalecimento e formação de vínculos com pessoas que vivem atravessamentos semelhantes é uma importante estratégia para a permanência e fortalecimento da identidade.

O encontro foi mediado pela assistente social da SIA e teve como palestrantes Sabrina Borges representando o coletivo neurodivergente e Ariovaldo Cintra representando a Associação de Pessoas com Deficiência da UFRN. Foi apresentado os trabalhos desenvolvidos pelas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

entidades, a importância da representatividade que esses espaços têm construído e os entraves para se instituírem no espaço da Universidade. Falaram também como se realiza a associação ou vinculação de estudantes a esses espaços representativos.

Em Novembro, o Diálogos SIA teve como objetivo a socialização das trajetórias de alguns estudantes na UFRN e a reflexão da atuação da SIA que impactaram suas permanências. Foram convidados três alunos, coincidentemente pessoas com deficiência física, para socializarem suas vivências e conduzirem o encontro. A sugestão dos nomes dos discentes a serem convidados partiu de consulta às servidoras de referência das Unidades.

Os jovens socializam suas experiências na UFRN em relação a vivência acadêmica, vivências nos espaços dos campi e das dificuldades enfrentadas em relação às barreiras atitudinais e arquitetônicas e também das possibilidades trazidas para sala de aula, laboratórios, restaurantes e residência universitária a partir de suas presenças.

A partir dessas ações, ressalta-se a relevância do assistente social na equipe, pois as contribuições trazidas por este profissional, nesta ocasião, repercutiram não só no atendimento direto aos discentes, mas na construção de uma política de inclusão mais ampla, com as contribuições acerca não só dos aspectos relacionados à deficiência, mas também das questões sociais/econômicas implicadas, e da possibilidade de ampliação e do acesso aos direitos desse público.

Diante disso, é importante mencionar que as dimensões que particularizam a inserção do Assistente Social na política de educação, são as de responder as requisições socioinstitucionais de acesso e de permanência na educação da população nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

## **AVANÇOS E DESAFIOS**

Identificamos alguns avanços no que diz respeito a inclusão na UFRN, tais como: ter uma política direcionada para o público da pessoa com deficiência; a criação de uma Secretaria destinada para esse atendimento; atuação das CPIA com a proposta da perspectiva de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

descentralização das ações; a criação de um laboratório de acessibilidade voltado para acessibilidade dos materiais disponibilizados aos estudantes com deficiência; criação do coletivo neurodivergente da UFRN e da associação de pessoas com deficiência da UFRN; contato permanente com a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis para tratativas institucionais acerca de encaminhamentos/bolsas/auxílios; fortalecimento do Programa Bolsa Acessibilidade e a sua contribuição para a permanência dos estudantes.

Como desafios ainda nos deparamos com a escassez de recursos que não consegue garantir a bolsa acessibilidade para todos os estudantes que estão dentro dos critérios estabelecidos; falta de orçamento para as adaptações arquitetônicas e aquisição de tecnologias assistivas; lacunas na educação básica que repercutem na educação superior; estudantes surdos que não tem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras); resistência por parte de alguns docentes em adaptar suas aulas ou materiais; falta de transporte adaptado dentro do campus para auxiliar na locomoção de estudantes com deficiência física.

Além desses desafios também enfrentamos precárias condições de trabalho, como um prédio de três andares sem acessibilidade; sala compartilhada com demais profissionais da equipe, porém, ressaltamos que para os atendimentos aos usuários dispomos de uma sala no andar térreo que garante o sigilo profissional necessário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei n.º 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviço público de transporte ferroviário e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Secretaria de Inclusão e Acessibilidade**. Disponível em [sia.ufrn.br](http://sia.ufrn.br). Acesso em 15 de julho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Secretaria de Inclusão e Acessibilidade**. Disponível em [sia.ufrn.br](http://sia.ufrn.br). Acesso em 15 de julho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução n.º 002, de 15 de março de 2022. **Aprova a política de assistência estudantil da UFRN**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho de Administração (CONSAD).